

Jacob Gorender, intérprete do Brasil

*David Maciel

Faleceu no último dia 11 de junho, o grande historiador e intelectual marxista brasileiro Jacob Gorender. Participante ativo dos principais debates políticos e teóricos que marcaram a esquerda brasileira nos últimos 60 anos, por meio de sua militância política e de uma infinidade de artigos e livros, Jacob Gorender se notabilizou no cenário intelectual brasileiro pela elaboração de duas referências fundamentais para a historiografia brasileira e internacional nos temas que discute, os livros *O Escravismo Colonial*, de 1978, sobre o caráter da formação social brasileira nos períodos colonial e imperial; e *Combate nas Trevas*, de 1987, sobre a ação da esquerda armada durante a Ditadura Militar.

Nascido em Salvador, em 1923, cedo Gorender se engaja no movimento estudantil e no Partido Comunista Brasileiro, na Bahia, e logo em seguida, em 1943, abandona o curso de direito na Faculdade de Direito de Salvador e alista-se na Força Expedicionária Brasileira (FEB), indo lutar na Itália no final da Segunda Guerra. De volta ao Brasil após a guerra, desloca-se a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro e a partir daí passa a atuar organicamente na imprensa do partido, tornando-se um dos seus principais intelectuais, assumindo funções diretivas até a ascensão ao comitê central, em 1960. Entre os anos de 1955 e 1957 frequenta o curso de formação de quadros do PCUS, em Moscou, consolidando sua formação intelectual nos marcos da tradição stalinista. Como fruto deste processo, integra a comissão que elaborou a famosa Declaração de Março de 1958, que fundamenta programaticamente a estratégia reformista de aliança com as forças ditas “progressistas”, inclusive a burguesia nacional, em favor de uma revolução nacional e democrática de perfil antiimperialista e anti-latifundiário. Esta estratégia, que influenciou os partidos comunistas pelo mundo afora por décadas, tem origem nas formulações do VI Congresso da Internacional Comunista (1928) para os países coloniais e semi-coloniais e baseou-se numa compreensão unilinear e teleológica da evolução histórica humana, equivocadamente atribuída a Marx, segundo a qual as sociedades deveriam passar necessariamente pela sequência feudalismo-capitalismo-socialismo. Esta formulação originou uma visão etapista do processo revolucionário, que propugnava ao movimento operário e aos partidos comunistas destes países o apoio às suas respectivas burguesias nacionais em favor de

uma revolução burguesa contra o imperialismo e os resquícios feudais e pré-capitalistas. Somente depois disto deveria se desencadear a luta pela revolução socialista propriamente dita.

No entanto, o atrelamento do PCB aos governos populistas de Juscelino Kubistchek e João Goulart e o posterior golpe de 1964 revelaram o fracasso da estratégia política pecebista, levando Gorender e outros dirigentes a desenvolver uma postura crítica diante da direção partidária, liderada por Luis Carlos Prestes. No caso de Gorender em nossa avaliação inicia-se então um processo de ruptura com sua trajetória política e teórica anterior, marcada pelo stalinismo, cujos marcos intelectuais mais expressivos serão justamente suas obras *O Escravismo Colonial* (1978) e *Combate nas trevas* (1987). Porém, no momento esta situação leva-o à expulsão do partido em 1967 e à sua participação na fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário em 1968.

Oscilando entre a luta armada contra a Ditadura Militar e o trabalho de base junto às massas trabalhadoras o PCBR torna-se alvo da repressão estatal, sofrendo o desmantelamento de grande parte de suas bases e a prisão de seus principais dirigentes no início do ano de 1970, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e o próprio Jacob Gorender. Em cursos sobre a história brasileira que ministra na prisão Gorender desenvolve as primeiras formulações do que seria apresentado posteriormente no seu livro *O Escravismo Colonial*. Libertado no final de 1971, após ser torturado como tantos outros prisioneiros políticos, Jacob Gorender passa a aprofundar seus estudos sobre a história brasileira e a teoria marxista e a se dedicar a trabalhos de tradução e coordenação editorial para sobreviver. Entre estes trabalhos destaca-se o extenso e magnífico ensaio que serve de apresentação ao livro *I d'O Capital*, onde expõe com clareza e profundidade a trajetória histórico-biográfica de Marx, o método e a estrutura da principal obra e os principais problemas e conceitos nela tratados, permitindo ao leitor adentrar o intrincado recinto marxiano com maior clareza e segurança.

Como fruto dos estudos sobre a história brasileira termina *O Escravismo Colonial* em 1976, clássico da historiografia publicado em 1978 e que a partir do qual o coloca no restrito grupo dos grandes intérpretes da história do Brasil, como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. Intelectuais que descreveram a trajetória história da sociedade brasileira em suas

linhas de desenvolvimento fundamentais e buscaram interpretá-las de modo coerente e teoricamente justificado e que já não mais existem devido à segmentação do conhecimento científico e ao produtivismo imperante na academia. Neste livro Jacob Gorender retoma o debate sobre o caráter da formação social brasileira nos períodos colonial e imperial, muito em voga nos anos 50 e 60, e afirma uma tese absolutamente original: a de que no Brasil desenvolveu-se como modo de produção dominante não o feudalismo, como defendiam o PCB e teóricos como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães (e ele mesmo anteriormente, como intelectual e dirigente pecebista); nem o capitalismo, como acreditavam Caio Prado Júnior, a chamada “escola paulista de sociologia” (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni) e mesmo organizações de esquerda e teóricos que criticavam a estratégia pecebista de revolução nacional e democrática como a Polop (Política Operária) e Ruy Mauro Marini. Ao contrário, no Brasil havia se desenvolvido um modo de produção historicamente novo, o escravismo colonial, com leis de tendência e dinâmica específicas e distintas dos outros modos de produção, mesmo do escravismo antigo, vigentes nas sociedades grega e romana. Tal modo de produção desenvolveu-se também em outras áreas da América Colonial, como no Caribe e no sul da América do Norte, onde se manteve mesmo depois do processo de independência, mas foi no Brasil que este modo de produção atingiu duração histórica e riqueza de determinações como em nenhum outro lugar, segundo suas próprias palavras.

Utilizando e dialogando com um volume monumental de autores e de fontes, neste livro Jacob Gorender revoluciona a compreensão historiográfica sobre o passado brasileiro, recuperando a centralidade das relações sociais de produção na caracterização dos modos de produção. Em outras palavras, para além da integração da economia brasileira nos quadros da economia mundial e do processo de acumulação de capital, na qual se baseia a tese do passado capitalista brasileiro ou da existência de inúmeras relações baseadas em graus variados de dependência pessoal, fundamento da tese sobre o predomínio do feudalismo, Gorender demonstra a importância e a abrangência das relações escravistas não apenas na economia, mas na própria dinâmica histórica da sociedade brasileira desde o início da colonização, ainda no século XVI, até a abolição da escravidão, em 1888. O foco nas relações de produção o levou a ressaltar a contradição entre senhores de escravos e escravos e a contestar as teses tradicionalmente aceitas sobre o caráter patriarcal e mesmo “pacífico” da escravidão no

Brasil; destacando o peso implacável da exploração e da opressão sobre os escravos no processo de reprodução do escravismo e no cumprimento de suas funções mercantis.

Outro aspecto a se destacar no livro é o impacto que teve no próprio pensamento marxista no Brasil ao combinar o mais absoluto rigor teórico e conceitual com uma perspectiva metodológica crítica e inovadora, mesmo diante de determinadas formulações do autor de *O Capital*, assim desautorizando duramente certa tradição habituada a repetir dogmaticamente as formulações de Marx e Engels e de outros clássicos do marxismo.

Contemporâneo do processo de emergência do protesto popular no final dos anos 70, marcado pelo avanço político e organizativo das classes trabalhadoras e pela luta contra a Ditadura Militar, *O Escravismo Colonial* repercutiu indiretamente nos debates sobre uma nova estratégia revolucionária para o Brasil e sobre o papel da organização autônoma dos trabalhadores nas lutas sociais, contribuindo para a crítica às tradições reformistas e institucionalistas predominantes na esquerda brasileira. Ainda mais por que desdobrando suas formulações originais sobre o passado escravista brasileiro Gorender publicou naquela conjuntura uma seqüência de novos trabalhos, como o livro *A burguesia brasileira* (1981) e os artigos “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro (1979)”; “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica” (1980) e “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial” (1983). Nestes textos Gorender discute o conceito de modo de produção e o avanço do capitalismo no campo, o caráter historicamente conservador e antidemocrático da burguesia brasileira e o processo de transição ao capitalismo no Brasil, distinto do processo histórico europeu por que desencadeado a partir das contradições do escravismo colonial, não do feudalismo. Esta situação conferiu dada particularidade ao capitalismo brasileiro, pois o mesmo se viabilizou e desenvolveu sem precisar passar por uma revolução democrática e anti-imperialista, prevalecendo uma postura de acomodação e composição entre a burguesia industrial, as antigas classes dominantes e o imperialismo. A única revolução social digna deste nome ocorrida no Brasil foi a abolição da escravidão (1888), que aboliu o escravismo colonial e teve como complemento a proclamação da República (1989), mesmo sem o engajamento da burguesia industrial no processo.

Esta já aparece como classe dominante no golpe de 1964 sem, porém, jamais ter atuado de maneira revolucionária para superar os obstáculos de natureza pré ou não-

capitalista e imperialista ao pleno desenvolvimento do capitalismo industrial e de sua dominação. Sempre de maneira pragmática, e mesmo oportunista, a burguesia industrial buscou tirar proveito de suas relações com a economia agrário-exportadora e camponesa, de um lado, e com o capital externo e a dependência, de outro. O capitalismo industrial se impôs e desenvolveu progressivamente explorando as possibilidades de acumulação existentes na economia escravista e posteriormente na economia agro-exportadora e absorvendo os influxos financeiros e tecnológicos oriundos do capital imperialista, sem que fosse necessária a ruptura com o latifúndio e a dependência. As relações capitalistas de produção, inicialmente instaladas no ambiente da economia urbana e industrial, se espriam pelo restante da economia nacional, até assumir a predominância nos anos 60, com a soldagem entre o capital industrial e a propriedade da terra. Daí o conservadorismo político da burguesia industrial brasileira: sempre pronta a conciliar com as oligarquias e as forças reacionárias, resistente aos processos de constituição e ampliação de direitos sociais aos trabalhadores, e praticante de um comportamento instrumental diante do intervencionismo estatal e da atuação do capital imperialista, numa relação ao mesmo tempo cooperativa e contraditória.

Com base nesta interpretação Gorender afirma peremptoriamente a inaplicabilidade da categoria de revolução burguesa na história brasileira, mesmo considerando-a de modo particular como buscam fazer os analistas que se utilizam dos conceitos de revolução “passiva”, revolução “por cima”, “caminho prussiano” ou ainda “contra-revolução permanente”. Mesmo na chamada “Revolução de 1930”, considerado por muitos o principal momento de ruptura na trajetória do capitalismo brasileiro, o que houve não foi uma revolução, mas uma alteração na correlação de forças no interior do bloco no poder que apeou as oligarquias exportadoras do núcleo do poder, sem derrotá-las completamente, e permitiu a “desobstrução” do desenvolvimento capitalista com uma orientação econômica favorável ao mercado interno e ao desenvolvimento industrial.

O retrato nu e cru da burguesia industrial brasileira pintado por Jacob Gorender na virada dos anos 70 para os anos 80 desconstruía o mito da burguesia nacional democrática e progressista, por tanto tempo alimentado por parte significativa da esquerda e da intelectualidade brasileiras. Além disso, rebatia diretamente na disputa política do período, pois durante o processo de transição democrática, iniciado em meados dos anos 70, ainda havia quem acreditasse neste mito, chamando a burguesia a compor uma grande “frente democrática” que levará parte expressiva da esquerda

brasileira a apoiar Tancredo e Sarney e o governo da “Nova República”, submetendo-se a um dos mais formidáveis movimentos transformistas da história brasileira. Para Gorender, bem como para setores importantes da esquerda marxista e dos movimentos sociais, sobre quem suas teses tiveram ressonância, tratava-se de construir a autonomia política, ideológica e organizativa dos trabalhadores.

Mais tarde, por ocasião do centenário da Abolição da Escravatura, em 1988 Gorender reafirma as teses presentes em *O Escravismo Colonial* com novos dados e argumentos no livro *A Escravidão Reabilitada*, onde rebate as críticas à sua obra partidas principalmente de certa historiografia universitária ciosa de seu pretensão monopólio na produção do conhecimento historiográfico e já rendida à vaga irracionalista e conservadora do pós-modernismo. Com estas formulações Gorender refuta definitivamente as bases historiográficas que sustentavam teoricamente o reformismo e o etapismo na esquerda marxista brasileira, contribuindo para o debate em torno da elaboração de uma nova estratégia revolucionária e a colocação da perspectiva socialista no centro da mesma; além de criticar acidamente as correntes historiográficas neopositivistas e pós-modernas.

Em 1987 Jacob Gorender surpreende novamente o mundo político e acadêmico com seu livro *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Nesta obra o autor reconstitui minuciosamente, com base em farta documentação e na sua vivência pessoal como militante comunista, o processo político-social que levou ao golpe de 1964 e à consolidação da Ditadura Militar e a trajetória da esquerda brasileira, particularmente as organizações que optaram pela luta armada contra o governo militar. Em polêmica aberta tanto com a postura do PCB diante do golpe, quanto com a postura das organizações da esquerda armada, inclusive o PCBR, do qual era um dos principais dirigentes, Gorender afirma que a opção de pegar em armas contra o Estado foi não só politicamente equivocada, mas historicamente inoportuna. Isto porque o momento propício para tal iniciativa era a conjuntura pré-revolucionária que antecedeu o golpe de 1964 e se estendeu até a consolidação da Ditadura, quando o populismo entrou em crise, o movimento de massas estava em ascensão e as frações burguesas mostravam-se relativamente divididas. A opção do PCB em não reagir ao golpe e confiar no compromisso democrático da burguesia nacional constituiu-se num grave erro político e estratégico, dando às classes dominantes as condições para vencer, se recompor e consolidar o novo regime. Por outro lado, quando as organizações e grupos de esquerda críticos do “pacifismo” e do reformismo pecebista

resolveram pegar em armas, a partir de 1967, as condições políticas e sociais já não eram favoráveis, contribuindo para o seu isolamento político em relação às massas trabalhadoras e sua impotência diante do aparato repressivo estatal. O resultado foi o desmantelamento destas organizações, com o sacrifício de toda uma geração de militantes presos, exilados, mortos e “desaparecidos” e o recuo político e organizativo dos trabalhadores por diversos anos.

Mais uma vez, a obra de Gorender suscitou acesa polêmica em torno não só da experiência da luta armada, mas do próprio caráter da Ditadura Militar num momento em que no processo de democratização então vivenciado prevalecia muito mais o continuísmo do que a mudança em relação ao antigo regime. Além disso, colocou os estudos sobre os chamados “anos de chumbo” e a Ditadura Militar em novo patamar, com destaque para o seu caráter violento e discricionário.

Nos anos 90 Jacob Gorender mantém sua intervenção no debate político e acadêmico, desta vez refletindo sobre o colapso do chamado “socialismo real” no Leste Europeu e sobre as novas configurações assumidas pelo capitalismo desde a Segunda Guerra. Destas reflexões emergem diversos artigos e conferências e os livros *Perestroika: origens, projetos e impasses* (1991); *Fim da URSS* (1992); *Marcino e Liberatore* (1992) e *Marxismo sem utopia* (1999). Finalmente tem da academia o reconhecimento por seu trabalho teórico e historiográfico ao receber o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal da Bahia e de Especialista de Notório Saber pela USP, onde chega a exercer a função de professor visitante por um período no Instituto de Estudos Avançados.

Em *Marxismo sem utopia* Gorender apresenta de forma sistemática algumas teses que vinha desenvolvendo parcialmente nos trabalhos daqueles anos. Mais uma vez de modo crítico e inovador Gorender propõe uma espécie de refundação do marxismo e da estratégia socialista com base na análise crítica do pensamento marxista, das experiências revolucionárias por ele inspiradas e das tendências mais recentes da dinâmica capitalista. A partir disto defende teses que geraram muita polêmica e receberam muitas críticas, principalmente de intelectuais e militantes marxistas, como a excepcionalidade histórica da Revolução Russa, o caráter “socialista de Estado” das sociedades do Leste Europeu; a impossibilidade de extinção do Estado, mesmo no processo de transição do socialismo ao comunismo, e o comportamento político

ontologicamente reformista da classe operária, formulação que o leva a considerar superada a tese sobre a sua missão histórica revolucionária e a defender a centralidade da classe dos trabalhadores intelectuais na luta pelo socialismo. Apesar de polêmico e questionável em muitos pontos no livro de Gorender é inegável o esforço militante de reflexão sobre os rumos da luta socialista e de atualização de sua perspectiva histórica com base em grandioso volume de dados e informações e em ampla bibliografia, que evidenciam a densidade e o rigor de seu trabalho intelectual e de suas formulações. Por isto, não é gratuita sua retomada de uma antiga lição dos fundadores do marxismo esquecida ao longo do tempo: a de que a superação do capitalismo não é inevitável e exige acima de tudo a iniciativa revolucionária dos trabalhadores.

Na última década Jacob Gorender intervém ativamente no debate público sobre o problema dos direitos humanos, o questionamento da Lei de Anistia, a destruição de arquivos e documentos pelas Forças Armadas e o aparato de informações e a apuração dos crimes cometidos pelos agentes de repressão durante a Ditadura. Por meio de depoimentos, entrevistas, conferências e mesmo publicando trabalhos relacionados a estes temas, Gorender evidenciou seu compromisso com uma sociedade igualitária e democrática apesar da idade avançada e dos problemas de saúde. Com o falecimento de Gorender desaparece o último dos grandes intérpretes da trajetória histórica da sociedade brasileira, entre os quais ele ocupou papel de destaque pela dignidade e pelos sacrifícios pessoais que enfrentou.

* Doutor em História, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG.